

A MASSIFICAÇÃO DO CRÉDITO POPULAR, O ENDIVIDAMENTO DOS TRABALHADORES E A IDEOLOGIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA¹

Pâmella Souza²
Bruno Gawryszewski³

Resumo

Este trabalho aborda o estreitamento da classe trabalhadora com as instituições financeiras, imposto pela classe burguesa no capitalismo contemporâneo, investigando o processo de financeirização das políticas sociais e, principalmente, da ampliação do crédito popular. A partir de um debate inicial sobre a autonomia relativa da financeirização no momento atual de acumulação capitalista, discute-se a noção de "bancarização", evidenciando a preocupação dos operadores de capital com a inclusão financeira de toda população, sobretudo, das camadas mais pobres. Então investiga-se a reconfiguração das políticas sociais sob autonomia relativa da esfera financeira, destacando o papel da massificação do crédito. Em um contexto de trabalho precarizado, investiga-se como o salário dos trabalhadores é corroído pelos juros, contribuindo para a valorização financeira, uma vez que o crédito se torna um imperativo para a classe trabalhadora conseguir se reproduzir, sendo necessário para suas necessidades basilares. Problematisa-se, então, como o avanço desta modalidade acarreta todo um cenário de endividamento das famílias produzindo um ciclo no qual os trabalhadores continuamente precisam estar inseridos no sistema financeiro para se reproduzir. A partir daí, discute-se como a educação financeira atua como uma ideologia cara ao capital, uma vez que contribui para a manutenção do sistema capitalista.

Palavras-chave: Educação financeira; financeirização; endividamento; classe trabalhadora; ideologia.

LA MASIFICACIÓN DEL CRÉDITO POPULAR, EL ENDEUDAMIENTO DE LOS TRABAJADORES Y LA IDEOLOGÍA DE LA EDUCACIÓN FINANCIERA

Resumen

Este trabajo aborda la estrecha relación entre la clase trabajadora y las instituciones financieras impuestas por la clase burguesa en el capitalismo contemporáneo, investigando el proceso de financiarización de las políticas sociales y, sobre todo, la expansión del crédito popular. Partiendo de un debate inicial sobre la relativa autonomía de la financiarización en el actual momento de acumulación capitalista, se discute la noción de «bancarización», destacando la preocupación de los operadores del capital con la inclusión financiera de toda la población, especialmente de las capas más pobres. A continuación, se investiga la reconfiguración de las políticas sociales bajo la relativa autonomía de la esfera financiera, destacando el papel de la masificación del crédito. En un contexto de trabajo precario, investigamos cómo los salarios de los trabajadores son erosionados por los intereses, contribuyendo a la valorización financiera, ya que el crédito se convierte en un imperativo para que la clase trabajadora pueda reproducirse, siendo necesario para sus necesidades básicas. A continuación, problematizamos cómo el avance de esta modalidad lleva a todo un escenario de endeudamiento de los hogares, produciendo un ciclo en el que los trabajadores necesitan continuamente insertarse en el sistema financiero para poder reproducirse. A partir de ahí, discutimos cómo la educación financiera actúa como una ideología querida por el capital, ya que contribuye al mantenimiento del sistema capitalista.

Palabras-clave: Educación financiera; financiarización; endeudamiento; clase trabajadora; ideología.

¹Artigo recebido em 02/05/2025. Primeira Avaliação em 17/09/2025. Segunda Avaliação em 13/10/2025.

Aprovado em 18/11/2025. Publicado em 10/12/2025. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v23i52.67644>

²Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGE/UFRJ) - Brasil. Bacharela em Economia pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Rio de Janeiro - Brasil.

Email: pamellatmpsouza@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3879273506660527>.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-1542-3544>.

³Professor da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutor em Educação pelo PPGE/UFRJ. E-mail: brunogawry@gmail.com.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3879273506660211>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7974-1711>.

THE MASSIFICATION OF POPULAR CREDIT, THE INDEBTEDNESS OF WORKERS AND THE IDEOLOGY OF FINANCIAL EDUCATION

Abstract

This work addresses the narrowing of the working class with financial institutions imposed by the bourgeoisie class in contemporary capitalism, investigating the process of financialization of social policies and, primarily, the expansion of consumer credit. Beginning with an initial debate on the relative autonomy of financialization in the current moment of capitalist accumulation, the notion of "bankarization" is discussed, highlighting the concern of capital operators with the financial inclusion of the entire population, especially the poorest layers. The reconfiguration of social policies under the relative autonomy of the financial sphere is then investigated, focusing on the role of the massification of credit. In a context of precarious work, the erosion of workers' wages by interest rates is investigated, contributing to financial valorization, as credit becomes imperative for the working class to reproduce itself, necessary for their basic needs. The advancement of this modality is problematized as it leads to a scenario of family indebtedness, producing a cycle in which workers continuously need to be inserted into the financial system to reproduce. From there, it discusses how financial education acts as an ideology favorable to capital, as it contributes to the maintenance of the capitalist system.

Keywords: Financial education; financialization; indebtedness; working class; ideology.

Introdução

As transformações ocorridas no modo de produção capitalista no último quartel do século XX influenciaram, como de costume, a forma como vemos o mundo. A atuação dos aparelhos privados de hegemonia (APHs) do capital, atrelada ao avanço das tecnologias de informação e comunicação, possibilitou que um padrão de acumulação sustentado na reestruturação produtiva, ideologia neoliberal e financeirização se espalhasse pelo mundo, possibilitando a "restauração" do capital. (Braga, 1996) Neste percurso, a proliferação de instrumentos financeiros foi significativa, tornando o mundo cada vez mais financerizado. Assim, a "inclusão financeira" passou a ser tema de destaque para os ideólogos do capital, especialmente a partir do início dos anos 2000. Afinal, para possibilitar o funcionamento do modo de produção capitalista de acordo com as novas demandas impostas pela expansão do setor financeiro, era essencial que mais pessoas adquirissem produtos de bancos e demais instituições financeiras.

No Brasil, esses esforços pela "bancaização" dos indivíduos foram destacados pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban), a qual em 2017 divulgou uma pesquisa afirmando que a universalização da bancaização se tornou uma realidade no país, pois a taxa de bancaização chegou a 90,4%. Este resultado de nenhuma forma pode ser compreendido como natural. Como afirma a própria federação, ele é resultante de anos de ações que incutiram a necessidade do acesso a produtos financeiros através dos bancos a "todos os estratos da população". (Febraban, 2017, p. 23) Percebemos que o intuito dos ideólogos do capital é ativamente formar o sujeito

que possibilita a sociedade financeirizada, funcional ao momento atual de acumulação. O Estado, entendido em seu sentido ampliado (Gramsci, 1966 apud Liguori, 2003), buscou, desta forma, desenvolver mecanismos que fossem capazes de integrar as pessoas nos sistemas bancário e creditício.

Neste sentido, uma pergunta tão costumeira que ouvimos quando vamos finalizar uma compra, 'É no débito ou no crédito?', não pode passar despercebida. O lugar comum que o crédito alcançou na atualidade, inclusive - e especialmente - nas camadas mais pauperizadas da população, não é ao acaso. Com a reestruturação produtiva e a ofensiva do capital sobre o trabalho, houve uma compressão dos salários, impactando diretamente a capacidade de consumo dos trabalhadores. Para dar conta dessa queda do consumo, o capital precisou que o crédito fosse ampliado, chegando aos setores populares. Essa inserção das finanças no cotidiano foi materializada através de uma reconfiguração das políticas sociais que vincularam o acesso aos benefícios à inclusão bancária. (Brettas, 2017) Antes, um instrumento que era procurado para a compra de bens duráveis como uma casa, agora é necessário para garantir a compra do mês, ou seja, a reprodução básica de cada indivíduo.

Essa ampliação do crédito popular proporcionou, com o passar do tempo, um endividamento em massa. No ano de 2023, 77,8% das famílias brasileiras encontravam-se endividadas e 29,5% inadimplentes, conforme aponta a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor, apurada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. (Peic/CNC, 2024) E de quem será a responsabilidade disso? Os operadores do capital e seus intelectuais focam apenas nos indivíduos, alegando que sua inabilidade para lidar com o crédito é o problema. A culpa do endividamento recai apenas sobre o tomador do crédito, desconsiderando toda a lógica de reprodução do capital por trás.

É neste contexto que a educação financeira aparece como uma ideologia cara ao capital. Manchetes contendo dizeres como “Educação financeira na infância: entenda qual a importância e como promover”⁴ ou “70 milhões de endividados: Desenrola e a importância da educação financeira”⁵ se multiplicam. Cada vez mais discursos meritocráticos e individualistas ganham força, pregando que a prudência no

⁴ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/educacao-financeira-na-infancia-entenda-qual-a-importancia-e-como-promover/>

⁵ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2023/09/29/70-milhoes-com-dividas-desenrola-e-a-importancia-da-educacao-financeira>

trato com o dinheiro e a boa gestão das finanças - mesmo em ambientes estruturalmente desfavoráveis - é o caminho para a felicidade de cada cidadão, (Saraiva, 2017) responsabilizando, deste modo, cada um pelo seu sucesso - ou insucesso - no mundo das finanças. A dívida passa a ser vista apenas como resultado de um descompasso entre os avanços dos instrumentos financeiros e a instrução dos cidadãos. A educação financeira aparece como a ferramenta essencial para resolver este descompasso, capacitando os indivíduos a usufruírem das benesses do mundo financeirizado, como defende seus formuladores. (Brasil, 2017) Contudo, com o aumento da precariedade do trabalho, não podemos enxergar o crédito como uma questão de escolha, mas sim, como uma imposição. Na conjuntura atual, para conseguir o mínimo, o trabalhador precisa consumir; e para consumir é imprescindível o crédito e com o crédito vêm a dívida.

Assim, o objetivo deste trabalho é investigar a relação entre a financeirização das políticas sociais e a massificação do crédito, analisando o endividamento da classe trabalhadora neste percurso. Através desta análise, busca-se compreender, como a expansão do crédito e, conseqüentemente, a dívida dos trabalhadores, faz parte da engrenagem do atual padrão de acumulação capitalista, apesar de ser enxergada como um problema isolado, de má gestão individual, pelos seus prospectos. Para isso, utilizaremos como referencial teórico o materialismo histórico. Iniciaremos com uma nota teórica sobre o debate em torno da financeirização. Após isso, buscaremos relacionar a financeirização com a defesa da "bancarização" de toda população pelos operadores do capital, evidenciando como o acesso a produtos financeiros pela classe trabalhadora é essencial a este momento. Então, analisaremos a financeirização das políticas sociais no Brasil a partir dos anos 1990, evidenciando como a proliferação do crédito ocorre através de uma coerção econômica que introduz todas as parcelas da população no sistema financeiro. Relacionamos com essa questão o crescente endividamento das famílias, analisando o movimento paradoxal que o crédito suscita, posto que aprisiona os trabalhadores, corroendo seu fundo de vida⁶ (Osorio, 2018; Luce, 2018), ao mesmo tempo que alarga seu poder de compra,

⁶ As categorias "fundo de consumo" e "fundo de vida" são utilizadas na Teoria Marxista da Dependência (Luce, 2018; Osorio, 2018) para compreender o movimento de superexploração da força de trabalho, característico das economias dependentes. Como parcelas significativas da classe trabalhadora recebem abaixo do que seria necessário e digno para sua reprodução - posto que parte do trabalho necessário a sua reprodução é convertido em acumulação para o capitalista -, ela precisa abrir mão de consumir determinados bens necessários à sua reprodução - ou deve fazê-lo mediante o uso de crédito. Desta forma, o fundo de consumo dos trabalhadores é reduzido. Essas concessões atreladas à

garantindo sua reprodução, em um contexto precarizado de trabalho. Por fim, discutiremos como a educação financeira possui um caráter ideológico, sendo funcional ao momento atual de acumulação do capital.

O debate em torno da financeirização

A financeirização é um dos grandes eixos de sustentação da acumulação capitalista na contemporaneidade. Por este motivo, apreender este fenômeno tornou-se importante para aqueles que buscam compreender o modo de produção capitalista em sua totalidade. Porém, ainda hoje não é consenso a caracterização da mesma. No campo crítico, há uma heterogeneidade em sua compreensão, com alguns autores defendendo que há uma relativa autonomia da esfera financeira neste período (Chesnais, 1998; Carcanholo e Nakatani, 1999; Duménil e Levy, 2003; Paulani, 2009; Laspavitsas, 2009; Carcanholo e Sabadini, 2009) - conformando um grupo de "teóricos da financeirização", de acordo com Pedro Dominczak (2014)⁷ -, e com outros, críticos deste primeiro grupo, que não enxergam tal autonomia (Astarita, 2008; Cipolla e Pinto, 2010). Apesar de considerar válidas as críticas deste segundo grupo, temos acordo que existe uma dominância da esfera financeira no capitalismo contemporâneo.

Quando se fala em dominância da valorização financeira, isso não significa que a valorização financeira seja quantitativamente mais importante que a valorização produtiva [...] A prevalência da valorização financeira é qualitativa mais do que quantitativa. O fato de sua exterioridade em relação à produção ter se alojado no seio mesmo da esfera produtiva é que explica um sem-número de mudanças aí ocorridas, seja na relação de trabalho (crescimento do trabalho precarizado e informal, do número de trabalhadores temporários, autônomos e em tempo parcial etc.), seja na forma de gestão do processo de trabalho (trabalhadores flexíveis, toyotismo), seja ainda na organização do processo produtivo como tal (generalização do *just in time*, costumeirização da produção, deslocalizações produtivas). Assim, a produção de renda e riqueza real passa a se dar sob a lógica dos imperativos da valorização financeira. Seus processos devem ser adequados às necessidades de giro rápido e pronta

jornadas extenuantes, comprometem o bem-estar de cada trabalhador, e por isso é uma perda, também, no seu fundo de vida, pois impacta a expectativa e principalmente a qualidade de vida dos trabalhadores.

⁷ Sugerimos a leitura da Dissertação de Pedro Dominczak intitulada "Investigando a financeirização pelos seus teóricos" para um detalhamento maior dessas "teorias da financeirização" e de suas críticas (Dominczak, 2014).

condição de aproveitar ganhos que a acumulação financeira impõe [...] (Paulani, 2009, pp. 27-28, grifos nossos).

A dominância financeira, portanto, está no fato de que todas as corporações - inclusive as tradicionalmente industriais - possuem como componente fundamental de seu processo de acumulação de riqueza as aplicações financeiras na contemporaneidade. Desta forma, os grupos empresariais atuam pela riqueza financeirizada e pela produção ao mesmo tempo, produzindo continuamente a contradição entre realização de renda (produto) e de capitalização financeira. (Braga, 1996 apud Carcanholo; Nakatani, 1999) Como esses ganhos produzem uma pressão significativa sobre o valor excedente produzido, eles geram uma concorrência exacerbada entre os capitais produtivos no plano internacional que se materializa em uma ampliação da exploração da força de trabalho assalariada em todo globo, visto que o cerne da questão que se apresenta é a contradição entre a criação de riqueza por parte do capital e a apropriação conduzida pela lógica fictícia.

Marx (2017) apresenta, no livro III de O Capital, a categoria “capital fictício” a partir de uma exposição da crescente dinâmica de substantivação das formas do capital. O autor explica que quando o dinheiro atua na qualidade de capital portador de juros, ele parece não precisar de qualquer mediação, como se a valorização fosse qualidade do próprio dinheiro. Portanto, para aquele que empresta o dinheiro à juros, o ciclo do capital se resume ao dinheiro emprestado no início do processo e um dinheiro no final acrescido, ou seja, $D-D'$, para utilizar a notação de Marx. Desta forma, o ponto de partida do capital portador de juros parece estar desconectado do ciclo do capital, criando a ilusão de que ele se autorremunera, como se fosse uma manifestação desprovida de essência. A ampliação e desenvolvimento desta lógica fetichizada faz crer que os rendimentos obtidos - de qualquer fonte - são resultantes da propriedade de um capital. E aí reside a base categorial do capital fictício: qualquer remuneração pode ser capitalizada a partir de uma taxa de juros, conformando uma remuneração por determinado capital. O capital fictício emerge como um desdobramento dialético do capital portador de juros, que, por sua vez, já é um desdobramento do capital bancário e do capital comércio de dinheiro. Ao contrário do capital portador de juros, que mantém uma conexão direta com o capital produtivo ao financiá-lo - pois sem isto o capital produtivo nem poderia se concretizar -, o capital fictício opera com uma dinâmica distinta, onde o montante original não está necessariamente voltado para a produção de mais-valor.

Assim, entendemos que a economia se encontra em um momento da acumulação de capital caracterizada pela valorização financeira, na qual o setor financeiro possui maior autonomia relativa no processo de acumulação global. Não é coincidência a intensificação dos processos de desregulamentação, abertura e internacionalização das finanças quando o capital passou a encontrar mais dificuldade para se expandir na esfera produtiva. (Baruco; Carcanholo, 2006) Todavia, admitir esta autonomia relativa não é o mesmo que afirmar que o capitalismo se sustenta na remuneração da valorização fictícia. A dinâmica especulativa do capital está acompanhada de alterações importantes, como as políticas neoliberais e a reestruturação produtiva. A "busca incessante pela extração de mais-valia absoluta, relativa e extra, a precarização e a intensificação do trabalho" (Dominczak, 2014, p. 94) continuam ocorrendo e, portanto, a exploração da força de trabalho continua sendo medular.

Afinal, o capital é uma relação social que continuamente se apropria da riqueza produzida pela extração de mais-valor dos trabalhadores, e suas frações, como o capital fictício, são apenas elementos parciais do capital total, se apropriando de parte do mais-valor produzido, em maior ou menor grau. (Fontes, 2019) Como afirma Fontes (2019, p. 331), "todos dependem do ciclo completo de valorização do capital e, de maneira nevrálgica, da extração de mais-valor sobre os trabalhadores". Logo, compreendemos que "a centralidade da teoria do valor-trabalho se impõe numa relação dialética com a natureza das fases do capital industrial, em especial do capital fictício". (Dominzack, 2014, p. 94) Como em Marx, vemos no capital produtivo o eixo de produção de mais-valor, ainda que o capital portador de juros e seus desdobramentos, como o capital fictício, contribuam ativamente para a expansão da economia, influenciando toda esfera produtiva.

Assim como entender a relação entre a expansão do setor financeiro e a nova dinâmica de acumulação é um elemento importante, de modo complementar, investigar o alastramento da financeirização para as mais variadas áreas sociais é essencial para compreender como se constrói a responsabilização dos indivíduos pelos problemas estruturais do capitalismo contemporâneo, via educação financeira.

A "bancarização" da população

O desenvolvimento e a ampliação do sistema financeiro passaram a influenciar as decisões de investimento de capital, proporcionando a constituição e proliferação de mercadorias financeiras que impactaram toda vida em sociedade através da inclusão crescente de parte expressiva da classe trabalhadora no sistema bancário e também nas mais variadas modalidades de créditos e de produtos financeiros. (Ribeiro, 2018) Houve uma reconfiguração da luta de classes à medida que o poderio dos bancos e das demais instituições financeiras foi ampliado a partir da liberalização financeira, agigantando-se sobre a população. Com o aumento da transferência de valor dos países da periferia do capitalismo para os países imperialistas, se agravou a dinâmica de superexploração da classe trabalhadora. (Brettas, 2019; Marini, 2017) Desta forma, a financeirização das relações sociais inseriu o mundo das finanças no dia-a-dia dos trabalhadores e trabalhadoras.

No Brasil, isso ficou ainda mais explícito desde os anos 2000 quando a classe trabalhadora começou a ter acesso de forma mais sistematizada às mercadorias financeiras. O crédito, tão importante para o desenvolvimento do sistema capitalista, foi expandido extensivamente para os trabalhadores a fim de transpor os limites de consumo, fruto dos baixos salários - distintivo deste período -, acarretando um ciclo de endividamento que atinge tanto os países do norte como do sul global, sendo, portanto, característico do capitalismo contemporâneo.

Como a dívida pública é um dos grandes pilares desse movimento de financeirização nos países dependentes - pois a apropriação do fundo público possui lugar central na garantia da acumulação capitalista, sendo objetivo do capital, nacional ou internacional (Brettas, 2017) -, cresceu a defesa da classe dominante por um ajuste fiscal permanente que objetiva garantir a destinação de recursos para o pagamento da dívida pública. Tal mecanismo compromete as possibilidades redistributivas, já limitadas do Estado, impactando as políticas sociais como um todo. Assim, ainda que a disputa em torno do fundo público não seja algo exclusivo da contemporaneidade, ela assume particularidades no período neoliberal. Na busca por garantir suas margens de lucro, o grande capital diversifica sua atuação. A dinâmica financeirizada acarreta, assim, alterações na organização da produção, agravando a condição de trabalho da classe trabalhadora via modalidades de contratações precarizadas, adoção de jornadas mais longas e intensas, com uma demanda voraz por aumento de produtividade. Além disso, temos uma alteração na composição orgânica do capital

com a contínua substituição do trabalho vivo por trabalho morto nos momentos de fusão e aquisição de novas empresas e tecnologia. (Brettas, 2019)

Nesta conjuntura precarizada de trabalho, a financeirização se expandiu através da bancarização da população e alargamento do crédito. A "bancarização" pode ser compreendida como o movimento de ampliação do acesso a uma conta bancária e conseqüentemente a seus serviços, pois uma vez com a conta aberta torna-se mais fácil a venda de mais mercadorias financeiras, como uma linha de crédito. A Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) afirma a preocupação permanente dos bancos em atrair a população não bancarizada, argumentando que "o acesso a serviços financeiros constitui um passo crucial para a inclusão social e para o combate à desigualdade no país". (Febraban, 2021, on-line) A instituição representativa dos bancos afirma ainda que o acesso ao crédito permite que a população dispute taxas melhores de juros, ficando livre da agiotagem, desconsiderando os juros extorsivos cobrados nos empréstimos bancários e nas empresas de empréstimo.

O termo "bancarização" comumente é abordado em conjunto ao fenômeno da "inclusão financeira", que, segundo o Banco Central do Brasil, ocorre no momento em que "os adultos têm acesso efetivo aos seguintes serviços financeiros providos por instituições formais: crédito, poupança (entendida em termos amplos, incluindo contas transacionais), pagamentos, seguros, previdência e investimentos". (Banco Central do Brasil, s.d., on-line) Desde 2010, mesmo ano de promulgação do decreto que estabeleceu a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), a promoção da inclusão financeira tornou-se um dos objetivos estratégicos do Bacen, sendo eleita como "um dos caminhos para cumprir sua missão institucional no tocante a assegurar a solidez e eficiência do Sistema Financeiro Nacional (SFN)". (Banco Central do Brasil, 2010, p. 3) A instituição defende ainda que a adequada inclusão financeira pode contribuir para a redução da pobreza visto que está diretamente relacionada com o desenvolvimento da indústria financeira e com o aumento da qualidade de vida da população, uma vez que, segundo eles, o desenvolvimento financeiro "permite fomentar o crescimento econômico". (Banco Central do Brasil, 2010, p. 17) Apesar desses discursos ideológicos, veremos como este esforço em bancarizar os indivíduos agravaram ainda mais a superexploração da classe trabalhadora (Marini,

2017) que viu partes crescentes do seu salário, necessário para a reprodução da sua força de trabalho, serem corroídas pelos juros.

A financeirização das políticas sociais: a massificação do crédito e o endividamento da classe trabalhadora

O Estado teve um papel central na regulamentação das novas modalidades de crédito e das taxas de juros. A liberação das finanças viabilizou uma maior mobilidade do capital portador de juros, ampliando o fluxo financeiro em todo o globo, pressionando a expansão desses rendimentos para todas as áreas. Neste avanço do capital, as políticas sociais não ficaram de fora. A burguesia argumentava que "os recursos do fundo público não seriam suficientes para estruturar esta rede de proteção social" (Brettas, 2017, p. 66) que havia sido definida pela Constituição Federal de 1988; por este motivo, era necessário alterações em algumas frentes. Um dos eixos de mudança foi precisamente relativo à financeirização das políticas sociais. Este movimento foi defendido pela classe dominante como um caminho para garantir a implementação das políticas de Seguridade Social, asseverando que esses serviços públicos continuariam sendo prestados, ao mesmo tempo que estava de acordo com as demandas do capital na atual fase de acumulação.

Segundo Brettas (2017), a previdência social é o "carro-chefe" da financeirização das políticas sociais no Brasil, pois transforma parte dos salários em impulsor da financeirização, ampliando a rentabilidade ao passo que estimula os trabalhadores a aderirem à previdência complementar. Desta forma, a classe trabalhadora tem sua exploração aprofundada pelos seus próprios recursos. Além da previdência, destacam-se os programas de transferência de renda, como o Bolsa Família. Estes programas são funcionais à lógica de acumulação do capital, pois repassam recursos públicos para as agências bancárias ao mesmo tempo que incentivam o crédito para a classe trabalhadora pauperizada e, portanto, "seu papel é vital para a reprodução da força de trabalho pauperizada e alijada do mercado de trabalho". (Silva, 2012, p. 211) Assim, tanto a ofensiva do capital sobre a Seguridade Social quanto os programas de transferência de renda estão relacionados com a reorganização da economia capitalista em um percurso que transforma a Assistência Social em política social, desde que garanta a valorização financeira mediante o

direcionamento do fundo público e da renda, especialmente das famílias mais pobres, para a esfera financeira. (Brettas, 2017)

Outro mecanismo importante de bancarização se deu através da assistência estudantil. Com o crescimento do número das universidades públicas sem o necessário investimento massivo em estrutura - como moradia e restaurante universitário -, as bolsas estudantis fizeram o papel de proporcionar a inclusão financeira para muitos estudantes de baixa renda. (Brettas, 2017) Essa transferência de renda, por vezes, insuficiente para a permanência universitária, garantiu o acesso desta parcela da população aos instrumentos financeiros. No setor privado, essa inclusão ocorreu pelo Programa de Financiamento Estudantil (FIES) e pelo Programa Universidade para Todos (PROUNI) - enquanto o primeiro estabeleceu uma linha de crédito para os estudantes matriculados, o segundo promoveu a concessão de bolsas financiadas pelo Estado, garantindo isenções fiscais (*ibidem*) É possível observar que tanto no setor público quanto no setor privado, as bolsas foram o grande eixo de atuação da política educacional. Tal movimento possibilitou o acesso de muitas pessoas da classe trabalhadora ao ensino superior, mas também estimulou o setor financeiro.

Arelada a todas essas medidas, temos a explosão massiva do crédito, principalmente para famílias de baixa renda. Com a precarização do trabalho e os salários cada vez mais insuficientes para garantir a reposição de seu fundo de vida, o trabalhador viu seu consumo ser viabilizado a partir do crédito. Sabemos que o crédito não é exclusividade do século XXI⁸, porém, se inicialmente ele destinava-se prioritariamente a um "restrito grupo de capitalistas e assalariados com rendas mais altas", (Ribeiro, 2018, p. 132) na conjuntura atual de valorização fictícia, ele adquire um papel destacado na circulação de mercadorias para garantir a realização do mais-valor. O crédito ao consumidor contribuiu para que os limites do aumento de consumo dos trabalhadores fossem superados, possibilitando a realização das mercadorias. Por este motivo, tornou-se realidade tanto nos países imperialistas como dependentes, assumindo particularidades em cada um deles, de forma que o crédito

⁸ Marx (2014, p. 361) já destacava o papel do crédito, em O Capital, afirmando que ele "possibilita, acelera e aumenta a concentração de capital numa só mão" e, assim "contribui para abreviar o período de trabalho e, com ele, o tempo de rotação". Ou seja, o sistema de crédito contribui para a ampliação das relações capitalistas, uma vez que centraliza o capital ocioso e acelera seu tempo de rotação.

não se trata mais de uma mera escolha, mas de uma necessidade para que a classe trabalhadora possa consumir e garantir sua existência.

No Brasil, conforme aponta Ribeiro (2018), o crédito destina-se primordialmente à aquisição de bens básicos, como alimentação e vestuário, e é viabilizado, sobretudo, pelo cartão de crédito e pelos empréstimos - consignados ou não. Fora estas modalidades, também houve um aumento do crédito destinado para aquisição de moradia e de veículos. De acordo com Harvey (2011), o sistema de crédito é fulcral para a extração de riqueza de toda população pelo capital, via sistema financeiro. O controle sobre os trabalhadores se agiganta ao passo que o acesso às mercadorias básicas se dá mediante a aquisição das mercadorias financeiras, como o crédito, que costumam vir acompanhados de juros exorbitantes, produzindo um ciclo de endividamento e necessidade contínua de mais crédito. ao possibilitar o consumo, mesmo com os salários estagnados, a massificação desse instrumento fez com que o endividamento da classe trabalhadora se tornasse mais um instrumento no processo de valorização do capital. (Ribeiro, 2018)

Este estímulo ao mercado de crédito está intimamente imbricado com as políticas sociais de forma que "o crédito individual voltado para pessoas de baixa renda passa a funcionar como um suporte importante para acessar o que não está garantido como um direito". (Brettas, 2017, p. 70) Assim, o acesso à moradia, educação ou saúde fica condicionado a uma "cidadania bancária", a qual tem "no crédito popular um mecanismo para "integrar" os usuários dos programas sociais do governo". (Brettas, 2017, p. 70) Esta análise nos permite perceber como as linhas de crédito, abertas nas mais variadas frentes, contribuem para o acesso aos direitos ao mesmo tempo que possibilita o consumo de parte dos salários dos trabalhadores pelas instituições financeiras e bancárias através das taxas de juros. Ou seja, o crédito é fonte de lucros para os capitalistas e expropriação dos rendimentos dos trabalhadores, impelindo-os cada vez mais a se sujeitarem a qualquer forma de trabalho para poder arcar com as dívidas adquiridas.

De acordo com a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), feita pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), em 2023, 77,8% das famílias estavam endividadas e 29,5% inadimplentes (Peic/CNC, 2024). Conforme demonstra a pesquisa, o cartão de crédito é uma das principais modalidades de contração de dívidas, sendo 87,2% das dívidas adquiridas

por este meio. Ele vem seguido dos carnês (16,4%), crédito pessoal (9,4%) e, então, financiamentos de carro (8,2%) e casa (8%). Embora a instituição se demonstre preocupada⁹ com a utilização do crédito, pois é a modalidade de acesso mais fácil que possui uma taxa de juros média elevadíssima, apontando para ampliação da inadimplência no futuro, ela não problematiza a facilidade para adquiri-lo.

Quando comparado com os países da América do Sul, a dívida das famílias brasileiras em percentual do PIB possui um valor expressivo, ficando atrás apenas do Chile. De acordo com os dados do Fundo Monetário Internacional (FMI, 2025), em setembro de 2025, o percentual de endividamento das famílias brasileiras em relação ao PIB foi de 36,35%, enquanto no Chile esse valor foi 44,81%. Nos demais países que possuem informação disponibilizada, os dados são: Colômbia 25,71%, Paraguai 6,62%, Suriname 5,06% e Argentina 4,69%. Embora alto se comparado com seus vizinhos, esse valor parece baixo quando contrastado com os países do norte global - Estados Unidos, França e Japão, por exemplo, possuem dívidas que giram em torno de 65% do PIB. Contudo, a natureza da utilização do crédito por parte das famílias nesses locais é bem distinta. Enquanto as nações do norte global se endividam para a aquisição de bens duráveis ou para financiar os estudos, no Brasil essa dívida é contraída para adquirir basicamente comida - conforme destacado pela pesquisa do Serasa realizada no final de 2023, a qual afirmou que 59% das transações dos cartões de crédito são para realizar compras no supermercado (Lavinias; Bertrand, 2025). Tal situação, agravada pelos juros exorbitantes, escancararam a realidade das famílias brasileiras que precisam se endividar para financiar a vida diária.

Conforme apontam Ribeiro e Lara (2016), enquanto em 1987 era preciso uma renda de no mínimo cinco salários-mínimos para obter um cartão de crédito, no final dos anos 1990 já era possível conseguir um com uma renda menor que dois salários-mínimos. Com o passar dos anos, a facilidade para ter um cartão de crédito aumentou ainda mais, uma vez que os bancos, na busca pela inclusão financeira de todas as parcelas da população, miraram nas camadas mais pobres. Neste percurso, os

⁹ A apreensão com o risco de inadimplência e a quantidade de dívidas das famílias pode ser expressa pela Portaria MJSP nº 583, criada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, que criou um GT para pensar em políticas públicas para prevenir e tratar o superendividamento. Para maiores detalhes, acessar: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/mjsp-institui-grupo-de-trabalho-para-politicas-publicas-de-prevencao-e-tratamento-ao-superendividamento>

pesquisadores destacam o papel pernicioso do rotativo¹⁰ do cartão de crédito que possui juros enormes e se tornou uma armadilha para a classe trabalhadora, primordialmente para os trabalhadores de renda mais baixa, pois são aqueles que mais utilizam desta modalidade. De acordo com a Peic/CNC (2024), em média, as famílias pagam de juros 34,5% a.a. em suas operações de crédito; contudo, no rotativo esse valor vai para 434,4% a.a. Assim, temos dimensão de como a simples pergunta 'é no débito ou no crédito?', tão corriqueira em praticamente todas as lojas brasileiras nos dias de hoje, pode acarretar juros predatórios que aprisionam o trabalhador. Isto fica ilustrativo na Peic/CNC (2024), quando aponta que as famílias de baixa renda (até três salários-mínimos) são as que mais possuem dívidas em atraso e as que possuem o maior percentual dos endividados que não possuem condição de pagar suas dívidas.

Neste contexto de ampliação do crédito popular e de tantas outras estratégias para a inclusão financeira dos indivíduos, deparamo-nos com uma situação em que os salários dos trabalhadores se tornam catalisadores da financeirização, contribuindo para aumentar sua própria exploração. (Brettas, 2017) Como explica Silva (2012, p. 216), "o salário se transforma, dá lugar ao capital que rende juro". Embora os operadores do capital defendam o endividamento como algo fundamental para o desenvolvimento econômico, pois o crédito é o trampolim do sistema capitalista e enxerguem a inadimplência simplesmente como "um resultado adverso do endividamento, causado pela renda baixa do brasileiro e pela volatilidade da economia do País", (Peic/CNC, 2024, p. 3) consideramos que os problemas decorrentes da difusão do crédito não são de ordem apenas econômica, limitando-se aos juros absurdos. Por isso, através da "irradiação do crédito envolve também formatar uma sociabilidade necessitada de recursos monetários para assegurar o consumo, ou o pagamento de prestações, exasperada, portanto, para vender sua capacidade de trabalho sob qualquer formato". (Fontes, 2010, p. 298)

Ou seja, a financeirização, ao mesmo tempo que fomenta a extração de sobretrabalho mediante o recolhimento de impostos/tributos e, principalmente, da difusão do crédito, impõe uma nova institucionalidade. (Fontes, 2010) Faz-se necessário uma intensificação das táticas de convencimento através dos aparelhos

¹⁰ O rotativo do cartão de crédito é uma modalidade de crédito que possui juros altíssimos e que é ativada de forma automática quando o usuário do cartão não consegue pagar a fatura total até o dia do vencimento. Assim, soma-se à próxima fatura o saldo devedor não pago acrescido de juros.

privados de hegemonia, fazendo com que cada cidadão se enxergue como um consumidor, atrelado às ações coercitivas no âmbito econômico que controlam através dos juros e precarizam o trabalho em tantas outras frentes, obrigando a classe trabalhadora a se adaptar a estes imperativos. Assim, a expropriação financeira fortalece o projeto de dominação burguesa, (Brettas, 2017) permeando todas as áreas da vida social e criando um cenário do qual parece não ser possível escapar.

Embora toda essa inclusão financeira seja fruto de uma rearticulação da acumulação de capital, que contou com frações da burguesia e com Estado para inserir toda a população no circuito das finanças, os problemas decorrentes desse percurso, como o endividamento, não são vistos como algo inerente ao processo e fruto das condições degradantes de trabalho atuais, mas como fato individual. O tomador de crédito é tido como irresponsável quando a dívida sai do controle, ainda que as condições estruturais sob quais ele se encontra o empurrem para isso. É neste cenário que consideramos que a educação financeira emerge como uma ideologia tão importante para a burguesia. Se a coerção econômica inseriu a classe trabalhadora no universo das finanças, a educação financeira atua no campo ideológico, fazendo com que cada indivíduo se responsabilize pelo seu sucesso e/ou insucesso ao lidar com os mecanismos financeiros.

A ideologia da educação financeira

Na sociedade neoliberal e financeirizada, na qual livre mercado, livre comércio e propriedade privada são apresentados como o único caminho possível para o desenvolvimento humano, a ideologia da educação financeira ganhou espaço para consolidar-se. Nesse contexto, diversos aparelhos privados de hegemonia empresariais expandiram sua atuação no espaço público. Através da relação cada vez mais turva entre a sociedade civil e política, conseguiram elaborar estratégias - como a ENEF - e influenciar as discussões políticas, com participação em projetos, inclusive no que tange às políticas educacionais. Esses aparelhos atuam no campo do consenso através da formulação de políticas que pautam a vida em sociedade. Numa íntima relação com organismos internacionais, como Banco Mundial e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), as políticas foram pensadas com o intuito de minorar os problemas estruturais do modo de

produção capitalista, criando um aparente cenário de consenso, que em nenhum momento reduziu a coerção, conforme discute Fontes (2019), mas que possibilitou que as demandas de determinadas frações burguesas fossem privilegiadas. Assim, a fração burguesa representante do mercado financeiro conseguiu espaço para pautar suas demandas, especialmente na consolidação e conformação a este modo de sociabilidade - neoliberal e financeirizado.

a constituição de malhas de aparelhos de hegemonia empresariais [buscaram, dentre outros objetivos] disseminar enorme quantidade de aparelhos de hegemonia voltados para agir diretamente junto a determinados segmentos da população, propondo minorar o sofrimento que o próprio capital produzia (Fontes, 2019, p. 336).

Deste modo, o deslocamento da noção de um Estado provedor para a crença de que o mercado - especialmente o financeiro - é o principal responsável por fazer a economia crescer e se desenvolver, ressignificou a relação da população com as finanças. Para mascarar os problemas decorrentes da expansão da financeirização, os intelectuais do capital miraram na educação financeira como uma estratégia para que cada indivíduo se responsabilize pelos problemas do próprio sistema capitalista.

Nesse construto ideológico, se a dívida sai do controle, é porque o manejo do universo das finanças ainda precisa ser aprimorado e o caminho para isso é uma educação financeira, conduzida em larga medida pelas instituições financeiras, que instruirá cada cidadão a tornar-se um investidor. Ou seja, para dar conta desta reprodução acelerada e para garantir que mais indivíduos adentrem na esfera financeira, contribuindo para a rentabilidade dos capitalistas, foi estabelecido um arranjo político-ideológico que prega a instrução financeira da população como ação necessária para o bom desenvolvimento de qualquer nação.

Como a escola pode ser um lugar propício para a manutenção da reprodução societal, ela pode servir como *lócus* de difusão de uma educação financeira, apresentada como formação humana, que, na realidade, atende imperativamente às demandas do mercado financeiro. A criação de uma perspectiva cultural da financeirização, que enxerga o cidadão como investidor, é defendida por prepostos do capital que argumentam que a vida cotidiana, nos dias de hoje, está permeada pelas finanças, (van der Zwan, 2014) como se isso fosse algo natural. Estes alegam que cada indivíduo deve aprender a lidar com esta realidade financeirizada, uma vez que seu sucesso e insucesso são frutos de suas escolhas. Defendem que há uma

“democratização das finanças”, quando na verdade houve uma inclusão financeira forçada regida pelas entidades internacionais que buscaram deliberadamente a bancarização dos indivíduos.

No Brasil, as iniciativas de educação financeira seguiram as orientações de organizações como a OCDE, a qual alega que a educação financeira deve ser fornecida desde a idade mais precoce possível e deve seguir por toda a escolarização (OCDE, 2009). Por isso, na Base Nacional Comum Curricular, a Educação Financeira é abordada como um tema transversal, devendo ser tratado em todas as etapas da educação básica (Brasil, 2018, pp. 19-20). Na área de Matemática, o tema aparece em habilidades específicas das turmas de 5º ano (EF05MA06), 6º ano (EF06MA13), 7º ano (EF07MA02) e 9º ano (EF09MA05), enquanto na de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, destaca-se a importância da educação financeira, da compreensão do sistema monetário contemporâneo nacional e internacional e do empreendedorismo individual (Brasil, 2018, p. 568).

Os intelectuais orgânicos do capital afirmam que a educação financeira, compreendida como um tema transversal interdisciplinar, que galgou importante espaço nos debates educacionais da OCDE e que se consolidou como política pública no Brasil através da ENEF, pretende auxiliar as pessoas a compreenderem o mundo das finanças, usufruindo deste da melhor forma. Contudo, uma observação mais atenta nos permite perceber seus aspectos ideológicos, apesar dos prepostos do capital dizerem o contrário. Em uma matéria que defende o Programa Educação Financeira nas Escolas¹¹, o diretor técnico do SEBRAE Minas, Douglas Cabino, afirmou que "existem casos de municípios que colocaram na pauta o projeto de ensinar educação financeira nas escolas municipais e vereadores votaram contra porque seria uma mercantilização, um incentivo ao capitalismo. Mas o tema vai além de ideologias". (Almeida, 2023, online) A preocupação dos operadores do capital em afirmarem que a "Educação financeira nas escolas não distingue classe social nem ideologia¹²" chama atenção e acreditamos que não é mero detalhe. Pelo contrário, essa defesa de sua implementação, baseada em uma pretensa neutralidade, reforça

¹¹ Programa Transversal da ENEF que visa capacitar professores da educação básica para abordarem o tema da educação financeira nas escolas.

¹² Disponível em: <https://borainvestir.b3.com.br/noticias/educacao-financeira-nas-escolas-nao-distingue-classe-social-nem-ideologia-diz-diretor-do-sebrae-minas>

a teoria de que se trata, justamente, de um argumento com uma funcionalidade ideológica.

Embora não seja objetivo deste texto analisar detalhadamente a categoria da ideologia a partir de seus teóricos, consideramos importante ressaltar que nos sustentamos nas contribuições de Marx e Gramsci para analisar a ideologia da educação financeira. Deste modo, conforme defendido por Marx (2003), entendemos que a ideologia não significa uma ação deliberada da classe dominante para criar ideias falsas e perpetuar sua dominação, produzindo uma 'falsa consciência'. Para o pensador alemão, a ideologia se relaciona com uma realidade social contraditória, na qual seus ideólogos, muitas vezes, acreditam em suas distorções. Portanto, é um entendimento distorcido acerca de uma realidade social que em si já carrega inúmeras distorções. Deste modo, não é um debate que se encerra - e nem se inicia - nos campos das ideias. Por este motivo, só é possível compreender esses aparatos ideológicos através da análise das determinações das relações sociais de produção e reprodução da vida - que possuem íntima relação com o setor financeiro no capitalismo neoliberal, como visto nas primeiras seções.

Além disso, Marx também ampliou o sentido de ideologia quando no prefácio da "Contribuição à Crítica da Economia Política", afirmou que a ideologia pode ser o meio sob qual os "os homens adquirem consciência" das contradições da sociedade, (Marx, 2008, p. 50) podendo, assim, transformar a realidade em que se encontram, como apontado por Gramsci. Logo, a ideologia é uma categoria complexa, que aborda tanto a distorção de uma sociedade já distorcida, conforme explicado por Marx, mascarando as relações sociais, como também faz parte da disputa pela hegemonia, conforme certamente destacado por Gramsci, pois "as ideologias têm uma validade que é validade "psicológica": elas "organizam" as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam etc.". (Gramsci, 1978, pp. 62-3) Ou seja, quando compartilhada pelas massas, a ideologia possui uma força material.

Assim, ter ciência dessa parcialidade da visão burguesa permite que tomemos ciência desses problemas, auxiliando-nos a ler criticamente a realidade, compreendendo a disputa pela hegemonia através de seus aparatos ideológicos. Assim, não podemos pensar a ideologia por um prisma neutro, como simples conjunto de ideias e valores que mobilizam a sociedade, pois isso já é uma abordagem

ideológica, que reduz seu poder categorial de compreensão e transformação do mundo.

Neste sentido, entendemos que a educação financeira proposta pelos prepostos do capital é ideológica, pois difunde a concepção da classe burguesa, fazendo crer que a sociedade financeirizada, pautada na acumulação flexível, é a única forma possível de sociabilidade e, por isso, todos devem se adequar a ela, tornando, desta maneira, o particular como universal, mascarando as relações sociais. O que interessa, de fato, aos operadores do capital é desvincular os problemas decorrentes da massificação do crédito e da inclusão da população no sistema bancário e financeiro ao modo de produção vigente. O estreitamento da relação dos trabalhadores com as instituições financeiras foi necessário para que o capital se realize na contemporaneidade de modo que a apropriação do sobretrabalho do proletariado foi ampliada por diversos instrumentos que aumentaram a remuneração do capital portador de juros - e de seus desdobramentos -, subjugando todos a sua lógica. Trata-se de um problema real e sistêmico que se apresenta à classe trabalhadora. Contudo, os problemas decorrentes dessa forma de acumulação, que recaem pesadamente sobre os trabalhadores, são deslocados para o âmbito individual e supostamente 'solucionados' através da ideologia da educação financeira.

A elaboração de uma estratégia nacional de educação financeira foi essencial a esse objetivo. Na ENEF, afirma-se que o “bem-estar” coletivo está diretamente relacionado com a vida financeira de cada indivíduo, sendo resultado de uma melhora no desempenho das escolhas financeiras de cada um. Tal construção corrobora com a ideia de que “o funcionamento do mercado e do país dependem das opções individuais”. (Saraiva, 2017, pp. 169-170) Trabalhadoras e trabalhadores, em condições precárias de emprego, são responsabilizados de maneira perversa pelas "escolhas" que fazem no mercado financeiro. Mas trata-se realmente de escolhas? A utilização em massa do crédito não foi um processo natural, fruto da escolha dos trabalhadores, como visto anteriormente, mas um movimento de coerção econômica que empurrou a classe trabalhadora para uma situação na qual o crédito se tornou uma das poucas formas de viabilizar seu consumo. As redes de proteção social passaram por um processo intenso de financeirização, e não é o "mau uso" do dinheiro por parte dos trabalhadores que "sobrecarrega" esse sistema. Trata-se de um projeto em curso, no qual esta responsabilização é parte integrante dele.

Dentre os diversos exemplos concretos de educação financeira em curso na educação básica brasileira, podemos brevemente citar o Projeto “Educação Financeira Transforma¹³”, uma iniciativa da Associação Nova Escola e do Instituto XP - conhecidos APHs do capital - que tem o objetivo de levar a educação financeira para a rede pública de ensino através da capacitação de professores do ensino fundamental. O projeto consiste numa “Trilha de Educação Financeira”, composta por três cursos completamente focados em ações individuais. A trilha faz crer que o contexto social não é passível de mudança, e que, por isso, é mandatório àqueles que querem ter um futuro mais seguro em um mundo cada vez mais inseguro, que se empenhem em se planejar adequadamente, aprendendo a lidar com os imprevistos e com suas finanças (Autor, 2025), ignorando sistematicamente os fatores sociais estruturais. A educação financeira defendida no curso aciona valores como autogerenciamento, resiliência, responsabilização individual e distinção moral entre necessidade-vontade. Além disso, colocam mais uma sobrecarga sobre o professor, que deve assumir o papel de instrutor financeiro de cada estudante.

No contexto neoliberal, ao mesmo tempo que a burguesia buscou enfraquecer os "mecanismos de gerenciamento coletivo do risco (aposentadorias, segurança social, saúde pública etc.) [procurou] instrumentalizar os trabalhadores com um letramento financeiro, supondo que assim possam enfrentar individualmente os riscos e prover suas necessidades". (Arthur, 2012 apud Saraiva, 2017, p. 160) Ou seja, o que interessa aos ideólogos do capital é fazer com que cada trabalhador acredite que basta ser bem-comportado e guardar para o futuro para ter uma vida financeira saudável. Desse modo, o Estado não precisa mais garantir esses mecanismos citados. Basta que ele atue como conselheiro para a população, instruindo-a ter um "bom comportamento" financeiro.

Percebe-se que no plano das ideologias é importante que os indivíduos se conformem com a ideia de que a dívida fora do controle é um problema pessoal, que nada tem a ver com a dinâmica de acumulação capitalista. Por isso, a educação financeira é tão promissora para os educadores do capital. Enquanto a coerção econômica empurrou a classe trabalhadora para um ciclo de endividamento, a ideologia da educação financeira, continuamente, procura fazer com que as

¹³ Para uma análise mais detalhada sobre o mesmo, sugerimos a leitura de (Autor, 2025).

trabalhadoras e trabalhadores se resignem com essa situação, aceitando que precisam aprender a ser mais responsável com suas finanças para 'avançar' na vida.

Conclusão

Este artigo buscou evidenciar como a financeirização se multiplicou para todas as áreas da esfera social, impactando diretamente na condição de vida da classe trabalhadora. Para isso, discutiu-se a autonomia relativa que a financeirização adquiriu no capitalismo contemporâneo, ainda que a esfera produtiva continue sendo o *locus* da produção de valor. Embora a liberalização financeira tenha provocado um alargamento substancial deste setor, a adequação dos trabalhadores a uma nova realidade não é um processo natural. Por este motivo, bancos e instituições financeiras, com o intuito de garantir o alastramento do mundo das finanças no cotidiano dos trabalhadores, se empenharam em bancarizar os indivíduos, especialmente os das camadas mais pobres, para garantir a realização do valor produzido. A inclusão financeira tornou-se tema de destaque do Banco Central, que se esforçou para promover uma cidadania pautada nas finanças.

Nesta conjuntura, por meio da reformulação das políticas sociais pelo Estado e do desenvolvimento de instrumentos financeiros, o capital se apropriou - primordialmente por meio do crédito - de parte dos rendimentos da classe trabalhadora, ou seja, do seu trabalho necessário. (Silva, 2012) A inserção dos trabalhadores no circuito das finanças se deu mediante o acesso a contas bancárias e a outros produtos financeiros - que muitas das vezes eram condições necessárias para receberem os benefícios sociais necessários - além da expansão do crédito. A inserção das camadas mais pobres neste circuito ampliou sua capacidade de consumo, contornando empecilhos para a acumulação de capital em um momento de salários e condições de emprego precárias, ao mesmo tempo que os fizeram consumir mais mercadorias financeiras, alimentando também este setor.

Embora esse fenômeno tenha possibilitado algumas garantias sociais para a reprodução da classe trabalhadora, também a aprisionou em uma espiral de endividamento, tornando-a cada vez mais dependente do cartão de crédito e de outras modalidades de empréstimo. Tudo sob o falso discurso dos operadores do capital que alegam que a bancarização necessariamente melhora o bem-estar das famílias. Por

este motivo, abordamos o papel da massificação do crédito nesta etapa da acumulação capitalista, analisando como ele se torna um imperativo para a classe trabalhadora que depende dele para suprir suas necessidades mais básicas, como alimentação, por exemplo. Como consequência desta ampliação do crédito, discutimos a ampliação do endividamento das famílias, evidenciando como essa situação faz com que as trabalhadoras e trabalhadores sempre precisem obter mais e mais empréstimos, além de se sujeitarem a qualquer tipo de emprego para poder pagar suas dívidas - quando conseguem. Ou seja, encontramos-nos em um momento no qual "a capacidade de impulsionar a rentabilidade do grande capital [se dá] por meio de sofisticados mecanismos de apropriação da riqueza produzida pela classe trabalhadora". (Brettas, 2017, p.72)

No mundo financeirizado que vivemos, é inegável que uma formação crítica sobre o mundo das finanças é importante, especialmente porque, de maneira forçosa, a população tem sido inserida nessa espiral financeira, fazendo com que os rendimentos dos trabalhadores sirvam para alimentar a rentabilidade financeira, contribuindo continuamente para a exploração de sua própria classe. No entanto, discutimos como a educação financeira tem atuado como uma ideologia - compreendida no sentido marxiano e gramsciano -, à medida que faz com que a própria classe trabalhadora reproduza os condicionantes que sustentam e dão legalidade à sociedade do capital. Ela tem atuado de forma a causar passividade na classe trabalhadora, posto que induz que cada trabalhador se responsabilize pelos problemas estruturais de um sistema que expandiu a financeirização para diversas áreas sociais, o que comprometeu o fundo de vida do trabalhador, o empurrando para um ciclo contínuo de endividamento. A corrosão do fundo de vida de cada trabalhador via juros galopantes das dívidas é uma realidade e, por isso, não é uma educação financeira pensada pelo próprio mercado financeiro que pode resolver essa situação. Deste modo, é necessário reconhecer e enfrentar a ideologia da educação financeira.

Referências

ALMEIDA, M. "Educação financeira nas escolas não distingue classe social nem ideologia", diz diretor do Sebrae Minas. **Bora Investir**, On-line. 31 de mai. de 2023. Disponível em: <https://borainvestir.b3.com.br/noticias/educacao-financeira-nas-escolas-nao-distingue-classe-social-nem-ideologia-diz-diretor-do-sebrae-minas/>. Acesso em 12 de fevereiro de 2024.

ASTARITA, R. **Crítica de la tesis de la financiarización**. 2008. Disponível em: <https://www.nodo50.org/gpm/financieras/todo.pdf>. Acesso em 10 de abril de 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório de inclusão financeira, n. 1, Brasília: BCB, 2010 - v. ; 29 cm. **Sistema financeiro** – Periódico. 2, Finanças. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/Nor/relinfin/relatorio_inclusao_financeira.pdf. Acesso em 10 de abril de 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Cidadania Financeira**. BCB.gov s.d. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/cidadaniafinanceira>. Acesso em 10 de janeiro de 2024.

BARUCO, Grasiela; CARCANHOLO, Marcelo. Crise dos Anos 1970 e as contradições da Resposta Neoliberal. **Anais do XI Encontro Nacional de Economia Política**, Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP), Vitória, 2006.

BRAGA, R. **A restauração do capital**: um estudo sobre a crise contemporânea. São Paulo: Xamã, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em 21 de novembro de 2022.

BRASIL. ENEF – **Plano Diretor**. 2017. Disponível em: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/Plano-Diretor-ENEF-Estrategia-Nacional-de-Educacao-Financeira.pdf>. Acesso em 20 de dezembro de 2022.

BRETTAS, T. Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil. **Temporalis**, v.17, n.34, 2017, p.53–76. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/17702>. Acesso em 30 de abril de 2025.

BRETTAS, T. As bolsas, o crédito e os fundos: a financeirização do ensino superior no capitalismo dependente no Brasil. **Germinal: Marxismo e educação em Debate**, Salvador, n.11, p.7-18, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/36402>. Acesso em 30 de abril de 2025.

CARCANHOLO, R; NAKATANI, P. O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. **Ensaios FEE**, v. 20, n. 1, 1999, p. 284-304. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/view/1947>. Acesso em 30 de abril de 2025.

CARCANHOLO, R; SABADINI, M. de S. Capital fictício e lucros fictícios. **Revista da Sociedade de Economia Política**, São Paulo, n. 24, jun. 2009, p. 66-84.

CHESNAIS, F. **A mundialização financeira**. São Paulo: Xamã, 1998.

CIPOLLA, F; PINTO, G. Críticas das teorias da financeirização. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, São Paulo, n. 27, out. 2010. Disponível em: <https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/904>. Acesso em 30 de abril de 2025.

DOMINCZAK, P. **Investigando a financeirização pelos seus teóricos**. 2014. 287f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – UFES, Vitória, 2014. Disponível em: https://sappg.ufes.br/tese_drupal//tese_7824_Pedro%20Rozales%20R.%20Dominczak.pdf. Acesso em 10 de abril de 2025.

FEBRABAN. Bancos têm papel fundamental no avanço da inclusão financeira do brasileiro. **Portal FEBRABAN**. 17 de nov. de 2021. Disponível em: <https://portal.febraban.org.br/noticia/3711/pt-br/> Acesso em 10 de janeiro de 2024.

FEBRABAN. **Pesquisa FEBRABAN de Tecnologia Bancária 2017**. Disponível em: https://cmsarquivos.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/Pesquisa%20FEBRABAN%20de%20Tecnologia%20Banc%C3%A1ria%202017_final.pdf. Acesso em 15 de março de 2023.

FMI - International Monetary Fund. **Household debt, loans and debt securities**. 2025. Disponível em: https://www.imf.org/external/datamapper/HH_LS@GDD/SWE/AUS/CAN/DEU/USA/GBR/BRA

FONTES, V. Crise do capital, financeirização e educação. **Germinal: Marxismo e educação em Debate**, Salvador, v.11, n.3, 2019, p. 328–347. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/36453>. Acesso em 30 de abril de 2025.

FONTES, V. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz e Editora UFRJ, 2010.

GRAMSCI, A. **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978a.

HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

LAPAVITSAS, C. **El capitalismo financeirizado: expansión y crisis**. Madrid: Maia Ediciones, 2009.

LAVINAS, L; BERTRAN, M. Dívida e endividamento: o novo normal das famílias brasileiras. **Revista Lua Nova**. Online. v. 1, nº 120. set. 2025. Disponível em: <https://boletimluanova.org/divida-e-endividamento-o-novo-normal-das-familias-brasileiras/>. Acesso em 21 de outubro de 2025.

LIGUORI, G. Estado e sociedade civil: entender Gramsci para entender a realidade. In: COUTINHO, Carlos; TEIXEIRA, Andréa (orgs.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

LUCE, M. **Teoria Marxista da Dependência**. Problemas e categorias - Uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular. 2018.

MARINI, R. Dialética da Dependência. **Germinal: Marxismo e Educação em debate**, v. 9, n. 3, p. 325–356, 2017.

MARX, K. **O capital: o processo de circulação do capital: Livro II – O Processo de Circulação do Capital**. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. **O 18 de Brumário de Louis Bonaparte**. Transcrição "O Vermelho" 2003 Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1852/brumario/index.htm>. Acesso em 26 de setembro de 2024.

OCDE. **OECD/INFE Project on Financial Education at Schools, 2009**. Disponível em: <https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/44280029.pdf>. Acesso em 20 de abril de 2023.

OSORIO, J. As Vicissitudes de uma Nova Interpretação sobre o Subdesenvolvimento e a Dependência: Notas Críticas à Proposta de Claudio Katz. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, V.12, n.3, p. 69-84, 2018.

PAULANI, L. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. **Estudos Avançados**, v.23, n.66, 2009, p.25-39. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/sM4rKFKCQNc4wr634RBxMmC/abstract/?lang=pt>. Acesso em 30 de abril de 2025.

PEIC/CNC. Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor/Confederação Nacional do Comércio. Balanço do endividamento e da inadimplência do consumidor brasileiro em 2023. **Pesquisas CNC**, 2024. Disponível em: <https://portal-bucket.azureedge.net/wp-content/2024/01/Relatorio-Peic-anual.pdf>. Acesso em 10 de janeiro de 2024.

RIBEIRO, R. **O endividamento da classe trabalhadora do Brasil nos anos 2000**. 2018. 312f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - UFSC, Florianópolis. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/191512>. Acesso em 10 de abril de 2025.

RIBEIRO, R; LARA, R. O endividamento da classe trabalhadora no Brasil e o capitalismo manipulatório. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 126, maio/ago. 2016, p. 340-359. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/By5gtMcMPFJ5V4qf5qKQrFw/abstract/?lang=pt>. Acesso em 30 de abril de 2025.

SARAIVA, K. Os sujeitos endividados e a Educação Financeira. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 66, out./dez, 2017, p. 157-173. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/er/a/dCY3fwLdRBWdgSbmSfdS3sy/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 abr. 2025.

SILVA, G. Transferências de renda e monetarização das políticas sociais: estratégia de captura do fundo público pelo capital portador de juros. In: SALVADOR, Evilásio et al (orgs.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

VAN DE ZWAN, N. State of the art Making sense of financialization. **Socio-Economic Review**, 2014, v. 12, n. 1, p. 99–129. Disponível em: <https://academic.oup.com/ser/article-abstract/12/1/99/1704587>. Acesso em 30 de abril de 2025.